

Não há estrelas no céu



JORGE FIEL
Jornalista

O meu filho Pedro estuda Astronomia. Quando era miúdo, também me passou pela cabeça estudar as estrelas, mas desisti da ideia mal um professor me explicou que, quando olhava para o céu, não estava a ver as estrelas actuais mas sim uma luz gerada milhares de anos atrás. Como o que eu estava a ver já tinha acabado, estudar estrelas passou, na minha cabeça, a ser um exercício um bocado sem sentido.

É a mesma falta de sentido que detecto nos esforços do Governo de adequar a legislação laboral às necessidades do mercado, já que o número de desempregados (cerca de 700 mil) ultrapassou o de portugueses com disfunção eréctil (meio milhão, estatística das farmacêuticas), o que é uma ameaça à virilidade da nossa economia.

Pressionado por Bruxelas e pela oposição, Sócrates admitiu rever mais uma vez um Código do Trabalho que abre portas no domínio da flexibilidade (os bancos de horas e adaptabilidade de horários) que ainda não foram usadas pela generalidade dos empregadores.

Nesta questão há vários problemas, e um deles é que o mito de que somos um dos países europeus com maior rigidez na legisla-

ção laboral, de tantas vezes repetido por opinadores mal informados, acabou por ser aceite como bom por quase toda a gente – com a excepção de despedidos e especialistas em direito do trabalho.

“O nosso passado recente demonstra que Portugal goza dos regimes mais flexíveis de despedimento colectivo de toda a UE”, afirma César Esteves (advogado de Direito de Trabalho da SRS) num artigo intitulado “Mais fácil despedir cem do que um”, publicado na *Advocatus*.

Na mesma publicação, Luís Miguel Monteiro (especialista na área laboral da MLGTS) avisa que o nó do problema está no confronto entre a realidade e a direcção do esforço legislativo. No novo normal que emerge da crise abundam crescentes formas de precariedade, quer em soluções (recibos verdes, empresários à força, falso trabalho temporário, etc.) quer em número de pessoas abrangidas (1,2 milhões, entre as quais me incluo). “A normalidade reside naquilo que o sistema normativo só admite como excepção: as prestações de serviços, que o são apenas de nome, o trabalho sempre temporário, o contrato a termo e a via sacra das respectivas renovações”, escreve o advogado da Moraes Leitão.

Todos ganhávamos se o Governo deixasse de estar distraído com a luz de estrelas que já morreram e se preocupasse em regular os laços informais que a economia inventou para sobreviver num quadro legal obsoleto. O emprego efectivo para a vida é tão actual como o cavalo para o trabalho – ou escrever molhando no tinteiro o bico de uma pena.